

# 1 Introdução

Os índios sempre foram e continuam a ser referências fundamentais para se pensar e interpretar o Brasil. Os grupos indígenas habitantes do território nacional fazem parte de um horizonte de expectativas em relação ao futuro do país. Ao longo das últimas décadas ampliou-se o interesse sobre o estudo das sociedades indígenas, inclusive situando-as numa perspectiva histórica; recuperando os indígenas como agentes históricos dentro de uma historiografia que tendia a omitir ou minimizar a sua participação nos processos sociais, políticos e culturais que formaram e formam a sociedade brasileira. Compartilho das idéias de John Monteiro, quando este historiador diz que “a historiografia poderá fornecer fundamentos e diretrizes para a compreensão do desafio teórico e político que os índios apresentam para a sociedade e para o Estado brasileiro.”<sup>1</sup>

A história mais recente dos índios e suas relações com a sociedade e com o Estado no Brasil do século XX têm sido geralmente trabalhadas por antropólogos e, ao que parece, vem sendo negligenciada pelo campo da história. Os obstáculos que parecem impedir a historiografia brasileira de incorporar cada vez mais os sujeitos históricos indígenas na pesquisa e no estudo da história recente do Brasil talvez tenham uma explicação na dificuldade de se perceber e visualizar a presença indígena no Brasil contemporâneo. Assim, o empreendimento desta pesquisa é motivado pela percepção de lacunas na historiografia acerca da atuação dos índios enquanto sujeitos históricos no período republicano. Portanto, um de seus objetivos é ajudar a preenchê-las.

Mesmo com o aumento considerável de estudos sobre a temática indígena nas duas últimas décadas, a ênfase que se tem dado às pesquisas sobre a época colonial e o Brasil imperial parece continuar a prender os índios à longínquos tempos históricos, reproduzindo incessantemente o estigma social que pesa sobre estas populações, quando apenas vistas como povos do passado<sup>2</sup>. É na

---

<sup>1</sup> MONTEIRO, John Manuel. “*O desafio da história indígena no Brasil*”. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus**. 3 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC; MARI: UNESCO, 2000, p.227 [1ª ed. 1995].

<sup>2</sup> De maneira alguma pretendo desqualificar o esforço empreendido pelos historiadores brasileiros que vêm recuperando temáticas cruciais sob a luz dos índios enquanto agentes históricos, colaborando para o lançamento de novos olhares sobre o Brasil colonial e o Brasil oitocentista; pelo contrário, não posso fazer mais do que sublinhar a competência destes pesquisadores e a

contracorrente da reprodução deste tipo de visão que esta dissertação almeja navegar; daí sua relevância para a valorização dos indígenas enquanto sujeitos históricos do presente: “Hoje se sabe que as sociedades indígenas são parte de nosso futuro e **não só** de nosso passado.”<sup>3</sup>

Ressaltar a “dimensão da contemporaneidade” dos agentes históricos indígenas constitui uma das preocupações fundamentais deste estudo. Na medida em que percebemos os índios como agentes sociais sempre contemporâneos à sociedade colonial, imperial ou republicana, podemos compreendê-los imersos na história. A idéia aqui sugerida é promover uma desnaturalização das concepções que tendem repetidamente a associar os indígenas ao passado, a fim de situá-los como sujeitos do presente sempre atuantes nos processos histórico-sociais em construção. Os índios foram e são agentes construtores de suas próprias histórias e continuam nossos contemporâneos neste século XXI.

Convém mencionar que este é um estudo interdisciplinar que se utiliza das contribuições teóricas da História, da Antropologia e da Geografia, buscando colocá-las em diálogo permanente. Acredito que a interação entre estas três disciplinas seja essencial para a elaboração de uma escrita historiográfica preocupada em não reproduzir concepções etnocêntricas e preconceituosas em relação às populações indígenas que compõem a sociedade brasileira.

A questão indígena é por excelência uma temática que aproxima duas disciplinas fundamentais do campo das ciências sociais – História e Antropologia – abrindo um espaço de diálogo interdisciplinar, assim como um campo de possibilidades múltiplas, para o desenvolvimento de reflexões teóricas que permitam o surgimento contínuo de novas interpretações sobre a história do Brasil. Percebemos o passado se reconstruindo no presente através de uma escrita

---

qualidade de seus trabalhos, ressaltando o valor de suas obras para o enriquecimento das ciências sociais e humanas no Brasil. Esta dissertação possui como um de seus objetivos contribuir com o processo de renovações interpretativas pelo qual vem passando a historiografia brasileira desde meados da década de 90. Desde então trabalhos acadêmicos de diversos historiadores no país vêm se preocupando em inserir a temática indígena nos debates historiográficos, buscando ressaltar a participação ativa dos índios nos processos históricos. O surgimento destas produções acadêmicas que colocam os agentes sociais indígenas em pé de igualdade com outros agentes históricos propõe a reconsideração reflexiva de diversos períodos da história. A partir da inserção historiográfica dos índios na história do Brasil, renovadas interpretações desta se fazem possíveis.

<sup>3</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. “*Introdução a uma história indígena*”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.22 (grifo meu).

da história devidamente ancorada nesta parceria interdisciplinar e na indagação crítica das fontes documentais.

A relevância do tema se encontra justamente na revigoração da investigação do passado propiciada pela crescente visibilidade, participação e aceitação da população indígena em sua diferença e diversidade cultural. A constatação de que os grupos étnicos indígenas como qualquer outro grupo social podem possuir interesses em comum, conciliáveis com determinados segmentos da sociedade brasileira – e ao mesmo tempo inconciliáveis com outros - indicam que a tentativa de compreensão de suas histórias aponta para um conhecimento mais aprofundado da história do país.

Um pressuposto teórico fundamental deste estudo implica em considerar os índios como sujeitos históricos<sup>4</sup>: agentes sociais que faziam escolhas e tomavam iniciativas de ação de acordo com as circunstâncias históricas enfrentadas. Reinterpretando e permanentemente resignificando ao longo da história os valores culturais, políticos, morais e religiosos da sociedade nacional. No período republicano da história do Brasil não podemos pensar que os indígenas que ocupavam os territórios ditos desconhecidos pelo estado nacional nunca haviam travado contato com o “homem branco”; sabemos que em diversos momentos históricos populações indígenas estabeleceram inúmeros contatos tanto com não-índios quanto com grupos das mais variadas etnias. Portanto os sistemas culturais dos povos indígenas com os quais o Estado republicano, representado por seus aparelhos de poder, julgava estar estabelecendo um primeiro contato, já eram produtos de contatos configurados anteriormente<sup>5</sup>.

Acredito que haja um problema teórico-histórico subjacente à questão das “iniciativas de contato”: nos relatos documentais produzidos pelos membros do Serviço de Proteção aos Índios<sup>6</sup> percebemos que os sujeitos dos discursos se auto-concebem como responsáveis pelo contato e sempre se auto-

---

<sup>4</sup> Ver obra citada de Manuela Carneiro da Cunha.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. “*A problemática dos 'índios misturados' e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história*”. In: **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

<sup>6</sup> O SPI foi o primeiro órgão oficial do Estado republicano criado para tratar politicamente de questões que diziam respeito às populações indígenas do Brasil. Foi fundado sob a denominação Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILT) e assim permaneceu até o ano de 1918. A partir desta data a tarefa de “Localização de Trabalhadores Nacionais” foi transferida para outro órgão e a agência indigenista passou a ser denominada apenas como SPI até sua extinção no ano de 1967.

atribuem o protagonismo no estabelecimento do contato, acabando por gerar uma naturalização da idéia de que todo contato é efetivado pelo Estado, pois é a partir de seu ponto de vista que ele nos é relatado. A idéia aqui sugerida é manter um senso crítico rigoroso na própria prática da análise historiográfica para não atualizarmos estas naturalizações. Trata-se de elaborar uma escrita historiográfica que proponha uma inversão do olhar, onde se crie a possibilidade de pensar os indígenas como protagonistas no estabelecimento de contatos políticos e culturais. Desta maneira creio que seja possibilitado o surgimento de novas perspectivas sobre a temática, permitindo refleti-la sob novos prismas.

A construção do objeto “o Território Indigenista Utiarity” tem em sua origem a busca pela compreensão das questões políticas e culturais que permearam as relações sociais estabelecidas entre grupos indígenas e o Estado republicano brasileiro. O objeto de estudo construído objetiva sinalizar as diferenças entre um território delimitado pelo estado-nacional – Utiarity - e um território anterior demarcado pelas sociedades indígenas habitantes da região, mais especificamente o grupo étnico Paresí.

Todavia, mais do que permitir a visualização destes distintos territórios a dissertação procura explorar as relações culturais e políticas deflagradas a partir da intervenção governamental no arranjo territorial dos índios o que dera início a um processo de imposições, negociações, disputas, alianças e resistências.

Indo um pouco mais além, o presente estudo visa também dar visibilidade aos índios enquanto sujeitos históricos perseguindo a hipótese de que as ações dos agentes estatais – ações indigenistas – eram permanentemente reavaliadas e reelaboradas a partir das ações indígenas. Em função da atuação dos agentes históricos indígenas as práticas indigenistas eram repensadas. As reações aos posicionamentos e comportamentos dos índios implicavam na readaptação das políticas indigenistas às práticas cotidianas a partir das situações confrontadas na convivência diária e na experiência direta com grupos indígenas. As ações políticas e culturais dos grupos étnicos contatados implicavam na constante reformulação das práticas indigenistas.

Outra hipótese sustentada é a de que o estabelecimento de estações telegráficas da Comissão Rondon<sup>7</sup> e postos indígenas do SPI em um território ocupado por índios é um marco fundador de uma nova situação histórica, na medida em que percebemos que a intervenção indigenista local estabelece uma nova configuração das relações sociais entre grupos indígenas distintos e destes com a sociedade e o estado nacional.

O empreendimento desta pesquisa nos remete a um contexto temporal específico – a 1ª metade do século XX – e diz respeito à formação de uma situação histórica também específica. O período 1907-1934 nos situa no tempo histórico de atuação da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios, enquanto órgãos indigenistas representantes do Estado republicano, que ao longo do tempo construíram uma rede administrativa integrada para exercer um poder de governo sobre as populações indígenas habitantes da região do Mato Grosso.

Entre estas populações estavam – e estão - os índios Paresí que tiveram parte de seu território étnico batizado pelo chefe militar Cândido Rondon como Utiarity. Esta denominação atribuída ao território indígena acarretaria grandes transformações simbólicas na percepção do espaço e significativas modificações concretas no ordenamento territorial da região.

A elaboração de mecanismos de auxílio administrativo entre a Comissão Rondon e o SPI visando a manutenção do nucleamento de índios podem nos revelar indícios do processo histórico de estruturação de estações telegráficas e postos indígenas enquanto unidades administrativas mediadoras das relações

---

<sup>7</sup> Pela designação “Comissão Rondon” ficaram popularmente conhecidas as comissões telegráficas chefiadas pelo engenheiro-militar Cândido Rondon compostas para instalar estações telegráficas em regiões sertanejas do território do estado do Mato Grosso. Tais comissões foram fundadas especialmente para intervir sobre zonas de fronteira internacional, a fim de estabelecer com marcos concretos os limites territoriais entre o Brasil, o Paraguai e a Bolívia. O termo “Comissão Rondon” remete na prática a duas comissões específicas que atuaram em distintos períodos temporais: a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1900-1906) e a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). Estas frentes de expansão do Estado republicano sobre o território nacional devem ser compreendidas como um projeto político contínuo de longo prazo, ou seja, projetadas politicamente como uma tarefa a ser cumprida dentro de um longo espaço temporal. O estudo da dinâmica histórica da ação das comissões no tempo nos dá a dimensão da continuidade entre elas (1900-1915) e de como o SPI através de sua Inspeção Regional para o estado do Mato Grosso estabeleceu com os agentes sociais a elas vinculados uma teia de relações administrativas. Convém dizer que muito dos agentes históricos atuantes nas comissões telegráficas viriam a compor o quadro de funcionários do SPI.

políticas, econômicas e culturais entre sociedades indígenas e a sociedade nacional.

O planejamento conjunto de governo sobre os índios consistia em inserir as comunidades indígenas na comunidade nacional através de novas relações de trabalho introduzidas pelas estações e postos. Relações estas que viabilizariam a transformação dos índios em pequenos produtores rurais à serviço do desenvolvimento daqueles espaços territoriais sobre os quais o Estado republicano almejava possuir um maior controle político. Sabia-se que sem o controle dos territórios seria impossível o controle dos homens.

Dentro dos limites temporais da dissertação ocorre a instalação de uma estação telegráfica em Utiarity sucedida pela instalação de um posto indígena na mesma localidade. O funcionamento integrado entre estas duas unidades administrativas toma forma e ganha corpo ao longo das décadas de 1910 e 1920 repercutindo na organização social dos grupos Paresí e no estreitamento de vínculos entre os agentes estatais e os índios.

O estado de Mato Grosso, como sinalizado, é o recorte espacial do presente estudo. Na época era constituído pelo que hoje corresponde ao estado do Mato Grosso do Sul, ao atual Mato Grosso e boa parte do estado de Rondônia, portanto suas dimensões territoriais eram bastante amplas. O grupo étnico Paresí habitava mais especificamente o noroeste da região, mas a política indigenista voltada para aquele espaço pensava a zona geográfica como um todo. Isto implica em dizer que as políticas aplicadas aos Paresí eram similares – apesar de deter suas especificidades - às aplicadas a outros povos indígenas da região administrativa abrangida pela Inspetoria Regional do SPI para o estado do Mato Grosso.

Os documentos históricos priorizados foram os relatórios da aludida Inspetoria indigenista. Através da análise e questionamento destas fontes me foi permitido vislumbrar o Posto Indígena Utiarity como um objeto de pesquisa em potencial. Por elas comecei a captar as especificidades deste posto no que diz respeito à sua administração conjunta entre a Comissão Rondon e o SPI. Por meio destes documentos pude acessar as peculiaridades das práticas indigenistas locais, sem deixar de lado a compreensão de que estavam ancoradas numa política

indigenista a ser aplicada a todos os grupos indígenas do Brasil com os quais o governo republicano conseguisse estabelecer um contato.

Os inspetores do SPI relatavam nestes documentos diversas atividades empreendidas junto aos índios, nos permitindo vislumbrar aspectos do cotidiano de diversos postos indígenas e neste sentido visualizamos o posto Utiarity inserido num conjunto administrativo. Por meio dos discursos indigenistas somos levados a ver os obstáculos à gestão das unidades administrativas e as características culturais e políticas das relações que se estabeleciam gradualmente entre índios e não-índios. Entretanto nas entrelinhas dos discursos oficiais o historiador pode enxergar, através de sua perspectiva crítica, os índios não apenas como objetos administrativos, mas também como sujeitos participativos da história.

Objetivamente falando, tecer uma história da constituição do processo de instalação da Estação Telegráfica Utiarity pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas é o objetivo do primeiro capítulo. Indicar o percurso histórico da subsequente fundação de um posto indígena do SPI na mesma localidade e de como a fusão da estação com o posto nos permite vislumbrar um território indigenista em construção é o caminho interpretativo escolhido que dá forma a este capítulo.

Refletir sobre a atuação da Inspetoria Regional do Mato Grosso é a proposta do capítulo seguinte. Compreendendo a Inspetoria como o eixo de ligação primordial - um componente mediador estratégico - entre a política indigenista elaborada no âmbito nacional e as práticas indigenistas adotadas no âmbito local, podemos visualizar de que maneira se materializava no Mato Grosso a intervenção do estado-nacional sobre a diversidade sócio-cultural dos grupos indígenas da região. No segundo capítulo tem espaço uma discussão sobre as relações entre o positivismo, o exército e o Estado republicano e de que maneira elas promovem a nacionalização e “civilização” dos sertões e seus habitantes nativos.

No terceiro capítulo – a quarta parte da dissertação – é tratada mais detidamente a relação entre a Inspetoria do Mato Grosso – unidade administrativa hierarquicamente superior – e o Posto Indígena Utiarity a ela subordinado. Aqui, a partir da análise das fontes, toma forma um debate que busca promover a conexão entre os dois conceitos-chave da dissertação: a territorialização e a nacionalização.

Busco mostrar através da articulação destes conceitos aplicados a um estudo de caso – a construção do Território Indigenista Utiarity – como se dá o processo histórico de territorialização dos índios Paresí que tinha por finalidade a nacionalização deste grupo étnico.

Permitir a visualização da continuação da contribuição administrativa e das relações interpessoais e institucionais entre a Comissão Rondon, a Inspeção do SPI, a estação e o posto de Utiarity, na passagem da década de 1920 para a de 1930, constitui o objetivo do capítulo final. Nele procuro desenvolver a dimensão simbólico-cultural do Território Utiarity enquanto característica constitutiva da identidade dos índios Paresí.

Em nome do projeto indigenista, do Estado republicano, do governo do Rio de Janeiro buscou-se promover a “civilização” dos índios habitantes do território nacional. Acreditava-se que por meio da nacionalização se consagraria o progresso da civilização. Nesta dissertação pude recontar a trajetória do Território Utiarity através da história da articulação administrativa entre distintos órgãos governamentais.

No entanto, muitas lacunas ainda estão por ser preenchidas. E serão, a partir do momento em que os próprios índios, nossos contemporâneos, e seus descendentes intensifiquem sua formação nas universidades do país – processo já em curso - e através de pesquisas criteriosas, realizadas em conjunto com historiadores não-índios, comecem a participar da escrita da história a fim de dar suas próprias versões dos acontecimentos passados.